



CASA DA MULHER NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Gabriel Soares Aguilár
UDESC
gabriel_aguilár@hotmail.com

Danielle Rocha Benício
UDESC
daniellebenicio@gmail.com

CATEGORIA DO TRABALHO:

- Congresso de Iniciação Científica em Arquitetura e Urbanismo (CICAU)
- Congresso de Extensão em Arquitetura e Urbanismo (CEAU)
- Congresso de Trabalhos Finais em Arquitetura e Urbanismo (COTF)
- Mostra Acadêmica (MAC)

1. RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso I traz à luz a situação do patrimônio edificado e de mulheres em vulnerabilidade social na cidade de Laguna. Assim, trata da utilização do estoque edificado em área urbana central, como forma de garantia de direito à cidade para criar espaços de abrigo e a possibilidade de reconstrução da vida de mulheres vítimas de violência. O modo de produção dos espaços da cidade é excludente a populações de baixa renda, sendo a mulher a mais afetada, seja na dificuldade de acesso à terra e à moradia, seja na falta ou na precariedade de infraestrutura e equipamentos públicos. Daí a necessidade de proposta de intervenção em preexistência, visando ser suporte e alternativa à mulher, através da moradia digna, da geração de renda e do acompanhamento profissional. A partir desse objetivo, é realizada a revisão teórica, dividida em três temas: a cidade o edifício e a mulher; correlacionando-os em uma problemática como parte de um sistema mais complexo. São feitos também estudos referenciais de intervenções integradas às políticas públicas em edificações tombadas voltadas à habitação de interesse social. Por fim, a partir da síntese crítica e diretrizes projetuais, baseadas nas análises elaboradas, formula-se proposta arquitetônica para o Edifício Nossa





Senhora do Rosário, situado no Centro lagunense, a fim de torna-lo um abrigo para mulheres.

2. PALAVRAS-CHAVE

Laguna; Preservação patrimonial; Habitação social; Abrigo para Mulheres;

3. INTRODUÇÃO

A origem de Laguna está ligada a seu porto. Através dele, a cidade alcança seus momentos de apogeu econômico: o porto torna-se o local do escoamento da produção da região sul. A partir dele, ocorre o fortalecimento do comércio, bem como a renda pública (LUCENA, 1998), visíveis no desenvolvimento da morfologia do bairro Centro.

A partir das décadas de 1940 a 1960, Laguna enfrenta forte declínio econômico, resultante da decadência da atividade portuária, do encolhimento do polo comercial e do fracasso da tentativa de se industrializar (LUCENA, 1998). Este declínio retira o escoamento de produtos da região lagunense, principalmente com a criação de rotas externas à cidade, focadas no transporte rodoviário (este articulada, então, ao porto de Imbituba), que, por sua vez, são desconectados da área central lagunense.

A partir disso, a lógica da expansão da cidade “[...] provocou uma extensão das atividades que antes só existiam no Centro” (LUCENA, 1998, p. 61) para bairros periféricos, levando ao esvaziamento da área central. Aliado a tal situação, o “tombamento federal” do núcleo antigo constitui-se perante a comunidade lagunense como um motivo de estagnação econômica e de atraso ao desenvolvimento, culminando com o presente abandono. Ou seja, assiste-se a multiplicação de imóveis postos à venda ou ao aluguel. Destarte, explicita-se o processo de esvaziamento residencial, uso primitivo e primordial do patrimônio edificado central, predominante desde a origem do povoado. Em concomitância, ratifica-se nesta área





a concentração de empreendimentos de comércio e serviços, o que lhe confere movimento popular apenas nos horários de funcionamento comercial.

O desenvolvimento de novos bairros e a construção de edifícios verticais, colaboram para a permanência das antigas edificações. Por outro lado, constata-se a desocupação das residências, como também se observa a deterioração e a descaracterização das mesmas, a falta de intervenções de conservação e de ações de reforma e de modificações para receber novos usos.

Em paralelo, a mesma lógica de expansão empurra as populações de baixa renda para as periferias da cidade. A propósito, Teixeira (2010) esclarece que os grupos dominantes escolhem as áreas urbanas convenientes para se ocupar ou abandonar, descartando as que não os interessam, desprezando o valor de troca das mesmas e deixando-as desprovidas de infraestrutura e urbanização.

Sem o direito de acesso à cidade, as populações mais carentes ficam às margens não apenas do espaço urbano, mas também da fronteira dos serviços públicos - até da legalidade: acabam afundando no ciclo de exclusão social. Aliás, sem moradia fixa é cada vez mais difícil conseguir um trabalho formal e, ainda, uma vaga em prol de educação, saúde, etc.

Tal contexto se agrava, considerando a situação de baixa renda das mulheres. Segundo o Sistema Nacional de Informações de Gênero (BRASIL, 2006), em Laguna, o rendimento médio feminino é de R\$ 450,61, 24,22% menor que o masculino; e, a população feminina é responsável pela chefia de 23,55% dos domicílios. Questiona-se a veracidade de tais dados, sobretudo em relação à manutenção da família.

A diferença de renda consiste numa barreira impeditiva ao acesso das mulheres à casa própria e ao direito à cidade. Além disso, é imprescindível ponderar a violência doméstica imposta às mulheres. Considerando a pesquisa sobre violência doméstica e familiar, 27% das vítimas convivem diariamente com seu agressor (BRASIL, 2017a). Ou seja, as mulheres vivem sem condições de escolher seu destino e de sua família. Em geral, a maioria escolhe não denunciar seus agressores, seja por





medo (71%), por dependência financeira (29%) ou por preocupação com a criação de seus filhos (32%). Logo vivem em uma espécie de cárcere na própria moradia.

Laguna mostra-se despreparada para o atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica, visto que não há locais especializados para acolhimento, proteção e acompanhamento. De praxe, após a denúncia, elas são encaminhadas para um dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Há três unidades se CRAS em Laguna, porém, apenas uma delas contem profissionais especializados, sendo elas responsáveis pelo acompanhamento de toda a população do município, em suas diversas problemáticas sociais. Além disso, em casos de agressão corporal, essas vítimas são integradas ao Sistema Único de Saúde (SUS), com o atendimento no hospital ou em postos de saúde, recebendo cuidados físicos, mas não acompanhamento psicológico. Essas instituições acabam realizando trabalhos que não são de sua atribuição e, desta maneira, dando apenas respostas paliativas, não ocorrendo o enfrentamento específico que a situação requer.

Vista a falta de aparato para apoio das vítimas de violência, psicológica e física, além da inexistência de programas municipais voltados aos assuntos de gênero, abrangendo a violência, o acesso à moradia e de geração de renda, é explícita a observação acerca da dificuldade dessas mulheres em superar esta problemática em de suas vidas.

4. JUSTIFICATIVA

O processo de tombamento de uma edificação significa o reconhecimento de seu valor para a coletividade e sua necessidade de preservação para as gerações futuras. Desta maneira, o bem tombado torna-se um bem público, de todos. Um imóvel tombado abandonado ou subutilizado, sob esta ótica, não está cumprindo seu papel social e muito menos seu papel de patrimônio como vetor da memória e história da comunidade. O caso do Edifício Nossa Senhora do Rosário é um





exemplo disso, a edificação tombada passa por um processo de deterioração, perdendo suas condições de habitabilidade e impondo a necessidade de intervenção com vistas a sua conservação no futuro.

A isso soma-se a situação feminina brasileira: 29% da população feminina com 16 anos ou mais já sofreu algum tipo de violência; 22% destas ações violentas, ocorreram nos últimos 12 meses (BRASIL, 2017a). Esses números parecem desvelar uma demanda “velada”. Há muitas mulheres vítimas de violência doméstica. Nessa população, destacam-se as com baixa escolaridade, que recebem até dois salários mínimos e que não possuem suporte para mudar a sua situação, em decorrência da impossibilidade de independência financeira, da prioridade de criação dos filhos, da falta de posse de moradia própria, etc. Em alguns casos, as mulheres ainda são culpabilizadas pela violência sofrida, não recebendo nem o apoio familiar.

Em Laguna, segundo os dados do Sistema Integrado de Segurança Pública (SANTA CATARINA, 2018), em 2017, são registrados 409 casos de violência doméstica, contabilizando 427 vítimas, nas quais se enquadram os crimes de: ameaça, calúnia, dano, difamação, estupro consumado, estupro tentado, homicídio doloso tentado, injúria e lesão corporal. No mesmo ano, segundo o Plano Municipal de Assistência Social (LAGUNA, 2018), foram atendidas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), apenas 4 mulheres. Estes dados demonstram um abismo entre o número real de casos de violência, o número de registros de ocorrência e o número de mulheres que recebem alguma assistência do município.

Ademais, as taxas de violência doméstica estão diretamente relacionadas às taxas de feminicídio. O mapa de violência dos homicídios de mulheres elaborado em 2015 (WASELFISZ, 2015), explicita que, entre 1980 e 2013, morreram 106.093 mulheres vítimas de homicídio. A não existência de políticas públicas voltadas a este problema mostra a omissão do Estado frente a violência de gênero.





Urgem as soluções alternativas de mudança social, incluindo o direito a sua independência financeira e à moradia própria, inserida em um contexto urbano com infraestrutura completa.

5.1 OBJETIVOS

5.1.1 Objetivos gerais

Desenvolver diretrizes projetuais para intervenção no Edifício Nossa Senhora do Rosário, a fim de abrigar mulheres em vulnerabilidade social através de habitação de interesse social integrada a espaços de geração de renda.

5.1.2 Objetivos específicos

- a) Fundamentar teoricamente a intervenção em preexistência, bem como cortejar o tema da preservação patrimonial à habitação de interesse social;
- b) Analisar políticas e projetos de intervenções em patrimônio edificado em prol da habitação de interesse social;
- c) Desenvolver repertório projetual para o desenvolvimento de intervenção em preexistência para uso como habitação de interesse social;
- d) Reconhecer e considerar o contexto do Edifício Nossa Senhora do Rosário;
- e) Conhecer e diagnosticar o Edifício Nossa Senhora do Rosário;
- f) Empreender síntese crítica e conceber partido arquitetônico acerca da intervenção no Edifício Nossa Senhora do Rosário.

6. METODOLOGIA E MATERIAIS

A fim de realizar os objetivos expostos, adotam-se os seguintes procedimentos metodológicos:





- a) Pesquisa bibliográfica, através de livros, artigos e trabalhos acadêmicos sobre direito à cidade, habitação de interesse social e intervenção em preexistência.
- b) Estudo, análise e síntese crítica, de projetos referenciais sobre intervenção em preexistência, com a proposição de habitação de interesse social.
- c) Observações "in loco" e levantamento de campo no morro do Rosário e seu contexto urbano.
- d) Levantamento cadastral e elaboração de diagnóstico do Edifício Nossa Senhora do Rosário.
- e) Definição de partido arquitetônico para intervenção no Edifício Nossa Senhora do Rosário.

Assim, este Trabalho de Conclusão de Curso I apresenta inicialmente o contexto do problema acerca do direito à cidade e à moradia, da violência contra a mulher e da preservação do patrimônio. Em seguida, aborda intervenções em patrimônio e a função social da moradia. Então, expõe-se a análise do contexto do morro do Rosário e do Edifício Nossa Senhora do Rosário. Por fim, exhibe-se o partido arquitetônico da intervenção no referido Edifício.

7. A CIDADE, O EDIFÍCIO E A MULHER

7.1 A PRODUÇÃO DE DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E O CENTRO ANTIGO

É discutida a noção de direito a cidade e o modo de produção da cidade no capitalismo, que se dá através do reinvestimento do excedente produzido em terras, concomitante à utilização do Estado para execução da urbanização.

São caracterizados os ditos Centros Históricos e a atuação da lógica do capital sobre estes, que na maioria dos casos, culmina na substituição das populações tradicionais, permanentes e de baixa renda, e da função habitacional, por turistas e usos exclusivamente voltados ao consumo turístico.





Além disso, são elencados os programas governamentais de enfrentamento do déficit habitacional, com foco nas intervenções que utilizam estoque edificado, em áreas centrais, que não cumprem suas respectivas funções sociais.

7.2 A CIDADE FEITA PARA OS HOMENS E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

É discutida a articulação entre o barateamento do trabalho e a dificuldade no acesso à terra, afetando principalmente mulheres. Aliás, elas são sujeitas a 70% dos salários dos homens (BRASIL, 2006) e são empurradas para o trabalho informal, que é considerado o mais adaptável, vista a necessidade do regime flexível para a conciliação do trabalho produtivo e reprodutivo.

A violência é outro agente de exclusão do acesso à cidade. A população feminina é sujeita à privação da utilização de espaços públicos em determinados horários e de lugares com pouco movimento e/ou abandonados, por questão de segurança. Desse modo, a violência contra o gênero feminino é entendida como agente segregador ao acesso à cidade, ao trabalho formal e à moradia própria. São elencadas as formas de atendimento oferecida pelo Estado para mulheres em vulnerabilidade social, a fim de discutir sua eficácia e abrangência.

7.3 O EDIFÍCIO ABANDONADO PELOS HOMENS E O ABRIGO DE REENCONTRO DAS MULHERES

É realizado um debate sobre a noção de função social do bem patrimonial, tendo em vista que considerar as manifestações de grupos de baixa renda é legitimar a expressão cultural de habitar, que traz em si a identidade dos indivíduos e comunidades. Ou seja, um bem imóvel tombado, pode ser proposto como objeto de intervenção a fim de funcionar como habitação de interesse social, inclusive respondendo a demanda de mulheres sem apoio para reestruturar suas vidas, como





também como servindo suporte para as práticas cotidianas da comunidade, que a imputou valor de salvaguarda.

8. CONCLUSÕES

Através da pesquisa, é possível observar a complexidade dos mecanismos de exclusão do acesso à terra e ao direito a cidade que permeiam a vida das mulheres, principalmente as negras e periféricas. É também constatável a precariedade no enfrentamento da problemática, visto que as assistências oferecidas não são capazes de modificar uma situação social tão enraizada em nosso sistema. A vista disso, é proposto uma nova forma de ação, com a utilização do estoque edificado sem função social, a habitação digna e de qualidade, a geração de renda e o acompanhamento psicossocial integrados, com o objetivo de uma política pública eficiente, que considere raça, classe e gênero.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo. Metamorfose arquitetônica: intervenções projetuais contemporâneas sobre o patrimônio edificado. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

BATISTA, Bhrenda et al. Pesquisa histórica sobre o morro do Rosário e Edifício Nossa Senhora do Rosário. 2017. Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação na Disciplina de Técnicas Retrospectivas, do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Estado de Santa Catarina, Laguna, 2017.

BENÍCIO, Danielle. Laguna, arquitetura novecentista e preservação do patrimônio: entre a conservação e a invenção. 2018. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.





BENÍCIO, Danielle et al. Estudo das ações do escritório técnico do IPHAN em Laguna/SC incidentes na área abrangida pela poligonal de tombamento desde 1985 a 2010: 25 anos de preservação do patrimônio lagunense. In: Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação, 2., 2011, Belo Horizonte. Anais...Belo Horizonte: UFMG, 2011.

BENÍCIO, Danielle; MAKOWIECKY, Sandra. Imagens sobreviventes da modernidade em Laguna/SC: tempos e contratempos na preservação do patrimônio cultural lagunense. In: Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação, 5., 2017, Belo Horizonte. Anais...Belo Horizonte: UFMG, 2017.

BONDUKI, Nabil. Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos. Brasília: Iphan; Programa Monumenta, 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColArq3_Intervencoes_Urbanas_na_R_ecuperacao_de_Centros_Historicos_m.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Programa Monumenta. Escritório Técnico-IPHAN Laguna. GRILLO & WERNECK. Diagnóstico das Demandas de intervenção e critérios de análise. Tipologia das edificações. Laguna: 2008.

BRASIL. Ministério das Cidades. Mulheres respondem por maioria das escrituras do Minha Casa Minha Vida: apresentação de dados sobre as mulheres no Programa Minha Casa Minha Vida. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/infraestrutura/2015/06/mulheres-respondem-por-maioria-das-escrituras-do-minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 1 out. 2018.

_____. Programa Minha Casa Minha Vida. Apresentação do Programa Minha Casa Minha Vida. 2016. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv>>. Acesso em: 1 out. 2018.





BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Sistema Nacional de Informação de Gênero. Brasília: 2006. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0>>. Acesso em: 04 set. 2018.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Mulheres representam 93% da titularidade do Bolsa Família. Apresentação de dados sobre o impacto do Bolsa Família. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/09/mulheres-representarm-93-da-titularidade-do-bolsa-familia>>. Acesso em: 1 out. 2018.

_____. Lei Maria da Penha 11 anos: Apresentação de dados sobre os 11 anos da Lei Maria da Penha. 2017b. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/lei-maria-da-penha-11-anos>>. Acesso em: 1 out. 2018.

BRASIL. Secretaria de Transparência. Observatório da Mulher contra a violência. Instituto de Pesquisa DataSenado. Violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Senado Federal, 2017a. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/aumenta-numero-de-mulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia>>. Acesso em: 05 set. 2018.

BUONFIGLIO, Leda. O resgate do Centro de Porto Alegre: a luta dos sem-teto pelo direito à moradia. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Brasília: UnB, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/2926?mode=full>>. Acesso em: 30 set. 2018.

CYMBALISTA, Renato et al. Plano Diretor Participativo e o direito das mulheres à cidade. São Paulo: Pólis, 2008. Disponível em: <<http://polis.org.br/publicacoes/plano-diretor-participativo-e-o-direito-das-mulheres-a-cidade>>. Acesso em: 10 set. 2018.





GONÇALVES, José. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre. v. 11, n. 23, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832005000100002>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

GOOGLE EARTH. Cortiço da rua Senador Pompeu, Rio de Janeiro/RJ. 2018. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/R.+Sen.+Pompeu,+34++Centro,+Rio+de+Janeiro+-+RJ,+20080-101/@-22.8996486,-43.1877931,733m/data=!3m2!1e3!4b1!4m5!3m4!1s0x997f434278e477:0xc2ad564707f25781!8m2!3d-22.8996536!4d-43.1856044?hl=pt-BR>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

GOOGLE STREETVIEW. Edifício da Rua do Tijolo, Salvador/BA. 2015. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/R.+do+Tijolo,+Salvador+-+BA,+40301110/@12.9743497,38.5116093,472m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x71604e8d2d19d9d:0x94235ecadd28864b!8m2!3d-12.9749767!4d-38.5109381?hl=pt-BR>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

GOOGLE EARTH. Edifício Utopia e Luta, Porto Alegre/RS. 2018. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Viaduto+Ot%C3%A1vio+Rocha/@-30.0336482,51.2301291,689m/data=!3m2!1e3!4b1!4m5!3m4!1s0x951979044a438fc7:0x6fdcb3a7faa58b31!8m2!3d-30.0336529!4d-51.2279404?hl=pt-BR>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

HARVEY, David. O direito à cidade: lutas sociais, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.

ITIKAWA, Luciana. Mulheres na periferia do urbanismo: informalidade subordinada,





autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Recife, v. 18, n. 1, jan-abr, 2016.

LAGUNA. Lei complementar n. 268, de 12 de dezembro de 2013. Institui o Plano Diretor Municipal, estabelece objetivos, diretrizes e instrumentos para as ações de planejamento no município de Laguna. Diário Oficial do Município de Laguna, 12 dez. 2013a. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-laguna-sc>>. Acesso em: 22 out. 2018.

_____. Lei complementar n. 268 de 12 de dezembro de 2013. Dispõe sobre o Código de Obras do Município de Laguna. Diário Oficial do Município de Laguna, SC, 12 dez. 2013b. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/codigo-de-obras-laguna-sc>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

LAGUNA. Prefeitura Municipal de Laguna. Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação. Plano Municipal de Assistência Social. Laguna: 2018. Disponível em: <https://static.fecam.net.br/uploads/656/arquivos/1231307_Plano_Municipal_de_Assistencia_Social.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

LAGUNA. Prefeitura Municipal de Laguna. Boletim do cadastro imobiliário. Laguna: Prefeitura municipal, 2018.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. In: _____. O direito a cidade. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001. p.105–118.

LUCENA, Lilian. Laguna de ontem e hoje: espaços públicos e vida urbana. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Florianópolis: UFSC, 1998. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/77613?locale-attribute=es>>. Acesso em: 30 ago. 2018.





MORAES, Diego. Praça do morro do Rosário, [201_], projeto paisagístico.

NEUFERT, Ernst. Arte de projetar em arquitetura: princípios, normas, regulamentos sobre projeto, construção, forma, necessidades e relações espaciais, dimensões de edifícios, mobiliários, objetos. Barcelona: G. Gili, 2004.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Coordenadoria Geral de Gestão Habitacional. Secretaria Municipal do Habitat. Programas Novas Alternativas: morando no Centro. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal, 2008.

ROLNIK, Raquel e BALBIM, Renato (Coords). Reabilitação de Centros Urbanos. Brasília: Ministério das Cidades, 2005.

ROSSI, Aldo. Arquitetura a Cidade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SALCEDO, Rosio. A reabilitação da residência nos centros históricos da América Latina: Cusco (Peru) e Ouro Preto (Brasil). São Paulo, UNESP, 2007.

SALCEDO, Rosio; SILVA, Tanecy. Avaliação pós-ocupação do edifício Riskallah Jorge, Programa de Arrendamento Residencial (PAR), Centro Histórico de São Paulo-SP. In: Encontro Nacional de Tecnologia no Ambiente Construído, 11., 2006, Florianópolis. Anais...Florianópolis: UFSC, 2016.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado de Segurança Pública. Segurança em números. Florianópolis, 2018. Disponível em: <<http://www.ssp.sc.gov.br/index.php/component/content/article/88servicos/184seguranca-em-numeros-2?Itemid=437a>>. Acesso em: 20 set. 2018. BRASIL. Senado Federal. Constituição : República Federativa do Brasil: 1988. Brasília: Centro Gráfico, 1988.





SAYÃO, Thiago. Negras paisagens: (in)visibilidade afrodescendente na Laguna (SC). Mouseion, Canoas, n. 21, mai./ago. 2015. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/19817207.15.2/pdf>>. Acesso em: 22 out. 2018.

SILVA, Taís. Diretrizes nacionais para o abrigo de mulheres em situação de risco e violência. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/diretrizes-nacionais-para-o-abrigo-de-mulheres-em-situacao-de-risco-e-de-violencia>>. Acesso em: 30 set. 2018.

SOUZA, Luiza; VIANA, Raquel (Coords.). Déficit habitacional no Brasil. Belo Horizonte: Diretoria de Estatística e Informação, 2018.

TEIXEIRA, Letícia. O habitar popular nas paisagens urbanas tradicionais. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Brasília: Unb, 2010. Disponível em: <www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/7283/1/2010_LeticiaMiguelTeixeira.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2018.

WASELFISZ, Júlio. Mapa da violência: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Flacso, 2015. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 22 set. 2018.

